

Reflexões sobre a Educação Física a partir dos conceitos de “campo” em Pierre Bourdieu e de “paradigma” em Thomas Kuhn

*Cristiano Mezzaroba**

*Jaison José Bassani***

Resumo

Neste ensaio teórico tecemos considerações em torno dos conceitos de “campo”, oriundo da teoria sociológica de Pierre Bourdieu, e de “paradigma”, do físico e epistemólogo da ciência Thomas Kuhn, procurando refletir, em especial, sobre a constituição da Educação Física (EF) brasileira, seu campo acadêmico, científico e profissional. Questionamos se é possível pensar a EF brasileira como campo, relacionada ao modelo kuhniano de paradigmas, e elencamos práticas sociais no interior deste microcosmo como exemplos de padrões paradigmáticos na tentativa de tornar possível o exercício reflexivo que nos propomos. Na análise realizada, identificamos um percurso histórico que demonstra pequenas transformações no interior desta área, como por exemplo, uma aproximação com as ciências sociais e humanas, que causam/causaram micro-anomalias em torno de um modo até então dominante (biomédico) dos seus saberes/fazer, mostrando o quanto o conflito de ideias e de posições pode enriquecer/fortalecer/transformar o campo.

Palavras-chave: Campo; Paradigma; Educação Física.

* Licenciado em Educação Física e Ciências Sociais, ambos pela UFSC. Mestre em Educação Física – Linha Teoria e Prática Pedagógica/UFSC. Doutorando em Educação – Linha Sociologia e História/UFSC. Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe. Integrante dos Grupos LaboMídia/UFSC/UFS/CNPq e Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea/UFSC/CNPq. E-mail: cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br

** Licenciado em Educação Física e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Departamento de Educação Física e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea/UFSC/CNPq. E-mail: jaisonbassani@uol.com.br

Considerations about Physical Education from the concepts of Pierre Bourdieu’s “field” and Thomas Kuhn’s “paradigm”

Reflexiones sobre la Educación Física a partir de los conceptos de “campo” en Pierre Bourdieu y de “paradigma” en Thomas Kuhn

Abstract

In this theoretical essay we weave considerations around the concepts of “field” – derived from Pierre Bourdieu’s sociological theory – and “paradigm”, from the physical and epistemologist of science Thomas Kuhn, seeking to particularly reflect upon the establishment of the Brazilian Physical Education (PE), its academic, scientific and professional field. We question whether it is possible to consider the Brazilian PE as a field related to Kuhn’s model of paradigms, and we list social practices within this microcosm as examples of paradigmatic patterns in an attempt to enable the reflective exercise that we propose ourselves to do. In the analysis, we have identified a historical journey that shows small changes within this area, such as, for example, an approach to the social sciences and humanities, which have been causing micro-anomalies around a way hitherto dominant (bio medical) of its knowing and doing, showing how the conflict of ideas and positions can enhance, strengthen and transform the field.

Keywords: Field; Paradigm; Physical education.

Resumen

En este ensayo teórico formulamos consideraciones alrededor de los conceptos de “campo”, derivado de la teoría sociológica de Pierre Bourdieu, y de “paradigma”, del físico y epistemólogo de la ciencia Thomas Kuhn, buscando reflexionar, en particular, sobre la constitución de la Educación Física (EF) brasileña, en su ámbito académico, científico y profesional. Cuestionamos si es posible pensar en la EF brasileña como campo, relacionada al modelo kuhniano de paradigmas, y listamos prácticas sociales en el interior de este microcosmos como ejemplos de patrones paradigmáticos en un intento de hacer posible el ejercicio de reflexión que nos proponemos. En el análisis, hemos identificado un recorrido histórico que muestra pequeños cambios dentro de esta área, como un acercamiento a las ciencias sociales y humanidades, que causan/han causado micro-anomalías alrededor de una forma hasta entonces dominante (biomédico) de sus saberes/haceres, que muestra cómo el conflicto de ideas y de posiciones puede mejorar/fortalecer/transformar el campo.

Palabras clave: Campo; Paradigma; Educación Física.

*Ao tomar como objeto um mundo social no qual se está preso,
somos obrigados a encontrar, numa forma que se pode dizer dramatizada,
um certo número de problemas epistemológicos fundamentais, todos ligados à questão da diferença entre o conhecimento prático e o conhecimento erudito e principalmente à dificuldade particular da ruptura com a experiência autóctone e com a restituição do conhecimento obtido à custa dessa ruptura.*
(BOURDIEU, 2013, p. 21)

Introdução

O Século XX foi pródigo na construção do conhecimento da humanidade. Tanto em relação às questões teóricas, em especial às vinculadas às Ciências Sociais, ao que hoje conhecemos como Sociologia e como Antropologia, como em relação aos aspectos técnico-científicos de produção, no sentido material do termo, de produtos para serem agregados à vida cotidiana, e aí, o grande exemplo, seriam os produtos tecnológicos que temos à nossa disposição e ao nosso conforto na contemporaneidade – vimos um grande desenvolvimento, talvez nunca antes alcançado na história humana, muito em função do desenvolvimento do conhecimento científico.

Há uma ideia, senso comum, diga-se, de que tal conhecimento se dá de maneira naturalizada, quase que “automática”, em que talvez se pense que o “progresso” ocorre de forma linear e ascendente, resultado da acumulação que se produz cronologicamente. Costuma-se pensar que o que se faz hoje é um acúmulo do que foi feito ontem e é assim que a humanidade vai se desenvolvendo, em relação à maneira que visualizamos o avanço do conhecimento científico nas questões práticas de nosso dia a dia. Entretanto, quando nos inserimos no âmbito de qualquer investigação científica, em especial naquele que se coloca a investigar a própria ciência, isto é, a forma como a ciência se produz e se reproduz – chamado de *campo epistemológico* – vemos que em cada campo do saber há elementos e períodos que provocam “crises”, “rupturas” e “anomalias” e que, assim, geram transformações no percurso deste campo. Essas crises, rupturas e anomalias impõem ao a esses saberes novos questionamentos, novas reflexões, outras

formas de investigação e consequentemente, novas e distintas práticas. O progresso científico, portanto, não ocorre de maneira natural ao passo que os dias se sucedem. Esse “progresso” é fruto de disputas entre agentes que se propõem a pensar um pequeno universo que se configura em um espaço particular, e este microcosmo vai se constituindo e gerando uma forma própria de se desenvolver, a partir de maneiras, conceitos, teorias, métodos e práticas que vão sendo desenhadas como algo padronizado, orientando um modelo que vai se tornado hegemônico ou paradigmático.

Não podemos desconsiderar que a ciência, como produção humana, recebe influências exteriores à produção científica, influências que vão desde questões políticas, sociais, e também econômicas e culturais. Sendo um espaço próprio no interior da sociedade, a ciência vai se constituindo como um micro-espaço neste macro-espaço humano. A isso, Pierre Bourdieu, sociólogo francês de enorme influência e importância no Século XX, chamou de *campo científico*, pensando a ciência como seu produto e a constituição daquele pelas questões sócio-históricas. É a partir deste *conceito de campo* – aqui pensado, em especial, o acadêmico e científico da Educação Física (EF) brasileira – que neste ensaio realizamos reflexões em relação àquilo que o físico e epistemólogo da ciência, Thomas Kuhn, trata como *paradigmas científicos*.

Dessa forma, as perguntas que se apresentam para análise podem ser expressas da seguinte forma: é possível pensar a EF brasileira como campo, e não como ciência, relacionada ao modelo kuhniano de paradigmas? Que *considerações podemos tecer em torno da atualidade do contexto brasileiro na formação profissional desse campo de formação e atuação? É possível pensarmos em “paradigmas” em disputa no campo da EF?*

Tal ensaio se justifica pela necessidade, tanto pessoal como acadêmica, de refletirmos sobre nosso campo de formação e atuação, fazendo uma imersão reflexiva nos elementos constitutivos do campo acadêmico/científico/profissional da EF (apesar de todas limitações aqui presentes, já que o texto se apresenta como ensaio e não como uma pesquisa teórica), visualizando/desvelando a maneira do fazer científico daqueles que se propõem a

atuar/pensar/pesquisar neste espaço particular, identificando a formação, se é que é possível, do seu paradigma dominante ou hegemônico.

Assim, na primeira parte deste texto examinamos a noção de campo em Pierre Bourdieu, para, em seguida, trazer as considerações de Thomas Kuhn sobre as revoluções científicas, as crises/anomalias, os paradigmas vigentes, no exercício de articular os dois principais conceitos aqui apresentados em torno da constituição atual da EF brasileira.

A noção de “campo” em Pierre Bourdieu

A categoria conceitual de *campo* é oriunda dos trabalhos de Pierre Bourdieu. Tal conceituação se estrutura a partir do entendimento de um espaço, para além do espaço físico, geográfico, constituído por *relações* (BOURDIEU, 2004a). Assim, nesse *espaço social* o foco recai nos grupos e nas instituições e também nos *signos*, quando Bourdieu menciona sobre o *poder simbólico* dos mesmos. É necessário considerar que o *poder social* que se estabelece no *espaço social* se relaciona ao capital econômico, ao capital cultural e ao capital simbólico. Os agentes estão distribuídos no espaço social em duas dimensões: a primeira pelo volume global de capital que possuem, a segunda pela estrutura de seu capital (peso relativo das diferentes espécies de capital¹⁾.

Na definição do próprio Bourdieu (2004b, p.20), *campo* seria:

[...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias.

Seria um microcosmo com suas “regras próprias”, um espaço social estruturado onde há dominantes e dominados em conflito por questão de poderes e legitimação social.

Lahire (2002) organiza uma relação de tópicos que permite melhor compreender o que Bourdieu define como *campo*:

1. cada campo é um microcosmo incluído no macrocosmo;
2. cada campo possuiu regras próprias;
3. cada campo é um sistema estruturado de posições;
4. espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam diversas posições;
5. as lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo;
6. há dominantes x dominados (o capital é desigualmente distribuído);
7. a distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo;
8. as estratégias dos agentes se entendem se as relacionarmos com suas posições no campo;
9. estratégias de conservação (dominantes) e de subversão (dominados);
10. o interesse em comum é que o campo existe (“cumplicidade objetiva”);
11. os interesses sociais são sempre específicos do campo e não se reduzem ao interesse do tipo econômico;
12. a cada campo corresponde um *habitus*;
13. cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social,
14. um campo possui uma autonomia relativa.

No livro *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*, Bourdieu (2004b, p.21-26) apresenta algumas noções sobre o campo, o campo científico e os seus agentes:

- A noção de campo está ligada à autonomia do microcosmo em relação às imposições externas;

• “O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que envolve.”;

• “[...] os agentes fazem os fatos científicos e até mesmo fazem, em parte, o campo científico, mas a partir de uma posição nesse campo”;

• “[...] cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital”.

Todo campo, e aí o campo científico também, configura-se como uma relação de forças, de estratégias, de interesses, de luta pelo poder (BOURDIEU, 2004a, p.170). Uma leitura atenta dessas formulações de Pierre Bourdieu nos permite pensar essa luta pelo poder como um processo ininterrupto, não finalizado, sempre presente, suscetível a movimentos no interior e no exterior do campo. Neste ensaio, podemos pensar a EF e suas disputas internas: poderíamos pensar que aqueles que se voltam aos objetos de pesquisa da saúde vinculadas às áreas biomédicas e também do esporte de alto rendimento, aqueles que se posicionam burocraticamente nesses espaços a favor da conservação do que é hegemônico ou “tradicional” ao campo, sempre se colocam numa postura de “dominantes”, de “vencedores” diante de certas circunstâncias e disputas. Entretanto, movimentações, mesmo que de uma parcela menor (os dominados), mas não menos significativa, internamente, podem abalar “estruturas” e surgir novas possibilidades ao campo, subvertendo lógicas e impondo uma “revolução” que é mais interna do que externa. Retomaremos tais questões quando as refletirmos à luz de Thomas Kuhn (1998), em torno do conceito de “paradigma”.

Ainda sobre o *campo científico* e suas lutas internas, Bourdieu (2004b, p.29) comenta sobre as estratégias, sempre presentes, que opõem conservação e ruptura:

Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua

posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição.

Em relação às *propriedades específicas dos campos científicos*, é possível identificar 8 propriedades sugeridas por Bourdieu (2004b):

1. quanto mais os campos científicos são autônomos, mais eles escapam às leis sociais externas;
2. a crença científica como interesse desinteressado e interesse pelo desinteresse;
3. as estratégias dos agentes têm sempre uma dupla face, ambíguas, interessadas e desinteressadas;
4. os campos científicos produzem, ao mesmo tempo, suas “pulsões destrutivas”, de dissolução, e o controle dessas pulsões;
5. quanto mais um campo for heterônimo, mais a concorrência é imperfeita, quanto maior a autonomia do campo científico, mais a censura é puramente científica;
6. a especificidade do campo científico se faz a partir daquilo que os concorrentes estão de acordo acerca dos princípios de verificação da conformidade ao ‘real’ (métodos comuns de validação de teses e hipóteses, ou seja, o trabalho de objetivação);
7. o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de forças, concentração de capital, relações de dominação;
8. a atividade científica implica um custo econômico, e o grau de autonomia de uma ciência depende dos recursos econômicos.

Pierre Bourdieu também nos ajuda a melhor compreender certos reconhecimentos no interior dos campos que dão peso político e garantem capital econômico ao campo para se retroalimentar. Ele nos fala em *capital simbólico*, que não é outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido

(BOURDIEU, 2004a, p.163), o qual garante “vantagens de reconhecimento”, como títulos, diplomas, posições ocupadas e reconhecidas pelos agentes: uma tese premiada dentro das diretrizes teóricas e metodológicas do campo, que ajuda a manter a ideia de conservação dos usos científicos; um cargo de chefia àqueles que seguem os ditames dos princípios conservacionais; editais de pesquisas que valorizam o “mais do mesmo”, ou seja, o que se vem fazendo há tempos – e com isso, garantem a perpetuação das comunidades científicas no interior do campo; sobrevalorização dos aspectos administrativos e burocráticos na esfera científica em detrimento dos aspectos voltados ao ensino, à pesquisa, à extensão, em síntese, à formação; formas avaliativas desiguais – por exemplo, entre publicação de livros ou de artigos – e diferenças exorbitantes de pontuação/ranqueamento entre periódicos em que uns poucos de difícil acesso de publicação funcionam para os pesquisadores mais renomados (conservam seu poder simbólico ou seu capital científico do campo) e outros tantos periódicos pouco significativos que têm que atender ao restante do campo (sua maioria). Enfim, trata-se de exemplos que evidenciam como o capital simbólico é conhecido e reconhecido no interior de um campo.

Segundo Bourdieu (2004a, p.166), o *poder simbólico* está baseado em duas condições: (1) discurso performático: posse de um capital simbólico; (2) eficácia simbólica: aliçada na realidade. Bourdieu pensa no poder simbólico como forma de mostrar as divisões e distinção entre as classes, como uma forma de poder político.

Internamente no campo, o *poder simbólico* se dá pela relação que se mantém com o capital científico. Para Bourdieu (2004b, p. 26), o capital científico:

[...] é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico.

Há, conforme Bourdieu (2004a), duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico:

1. poder temporal/político: ocupação de posições importantes nas instituições científicas e sobre os meios de produção e reprodução;
2. poder do prestígio: ligado ao reconhecimento.

Entre outras questões, Bourdieu (2004b, p. 41) também comenta sobre os conflitos intelectuais como conflitos de poder: há sempre uma dimensão política e uma dimensão científica nesses conflitos, ou seja, determinados objetos sociais, em certos períodos históricos, possuem maior relevância e peso teórico e empírico do que outros, atribuindo uma hierarquia àquilo que é (ou deve ser) investigado.

Entendido como o *locus* do debate, do diálogo e de disputas de poder, o campo acadêmico ou *campo universitário* é, para Bourdieu (2013, p.40),

[...] o lugar de uma luta das classificações que, trabalhando para conservar ou transformar o estado da relação de força entre os diferentes critérios e entre os diferentes poderes que elas designam, contribui para fazer a classificação tal como pode ser apreendida objetivamente num dado momento do tempo; mas a representação que os agentes têm da classificação e a força e a orientação das estratégias que eles podem colocar em prática para mantê-la ou subvertê-la dependem de sua posição nas classificações objetivas.

É o “lugar de uma luta para determinar as condições e os critérios de pertencimento e de hierarquias legítimos, isto é, as propriedades pertinentes, eficientes, próprias a produzir – funcionando como capital – os benefícios específicos assegurados pelo campo” (BOURDIEU, 2013, p.32).

Os *agentes* desse *campo acadêmico*, ou seja, professores e estudantes universitários, constituintes desse microcosmo, detêm a posse de capital cultural. Os agentes detêm o monopólio do pensamento e do discurso legítimo sobre o mundo social.

Como forma de garantir a continuidade do campo e sua perpetuação, Bourdieu (2004b, p.17) sugere a *auto-análise coletiva*² como forma de compreender a lógica

do mundo científico e sobre a forma particular que essa lógica assume. Ainda para Bourdieu (2004a, p.168), o pesquisador, quando investir em desvelar mecanismos do mundo real, deve questionar o simples, pois é assim que a ciência avança, “questionando as ideias simples.”

Para aproximar tais aspectos conceituais ao exercício deste ensaio, que é pensar o *campo da EF*, de maneira bastante simplificada e rápida, apresentamos um panorama do campo científico da EF brasileira e sua *crise dos anos 80*. Dentro dos termos de Pierre Bourdieu, a crise gerada, de certa forma, considerando-se a conjuntura social, política e científica brasileira, deu-se devido à “conversão” de muitos pesquisadores que, no momento da abertura política e no processo de redemocratização do país, vão fazer seus estudos de pós-graduação fora das matrizes das áreas biológicas da EF, ou seja, nas ciências sociais e humanas e nas ciências da educação, e depois retornam à EF gerando “turbulências” no interior do campo.

A histórica relação da EF com as ciências sempre ocorreu a partir da forte ligação com a biologia e seus conhecimentos aplicados no campo médico. Tal *relação* sofreu seus primeiros abalos, como já é próprio da história da EF brasileira, no chamado “período da crise dos anos 80”³ (BRACHT, 1997; SOARES *et al*, 1992; KUNZ, 1991).

Conforme Soares (2001) e Bracht (2001), é possível sintetizar o histórico da relação entre EF e a ciência-mãe biologia com a nova ordem social dos séculos XVIII e XIX (novos ditames da sociedade burguesa). A medicina e a ciência em geral vão se constituindo como importantes formas que configuram o poder do ser humano em relação ao seu meio, à sua natureza e a partir de sua cultura – momento histórico que se caracteriza, também, pela constituição dos estados nacionais e, por consequência, seus sistemas educacionais. Com isso, vai se consolidando a ideia de que o movimento pode promover e manter a saúde, e com isso, uma *nova visão de corpo*, pautada pela medicina (discurso biomédico) apresenta-se como hegemônica.

Quando nos referimos ao *campo da Educação Física*, as arguições de Paiva (2004) nos permitem visualizar um “mapa” histórico e crítico sobre a maneira como a his-

tória da EF é contada, desvelando aquilo que a referida autora chama de senso comum, que a partir de variadas explicações ao longo dos anos cristalizaram formas muitas vezes superficiais e controversas de “contar” o transcorrer histórico de uma área que busca há algum tempo legitimação escolar, acadêmica, científica e social.

Em síntese, Paiva (2004) traz importantes e elucidativas questões no contexto da EF analisada como *campo*⁴, conforme a teoria bourdieusiana., apresentando, discutindo, questionando, afirmando, e, às vezes refutando, construções historiográficas em torno deste microcosmo particular (a EF), como por exemplo: as influências médicas/higienismo e militares, o papel do esporte nas práticas da EF, as relações entre a educação e a EF e a construções de teorias próprias da EF. Para a referida autora:

[...] o campo da educação física vai se caracterizando como aquele que se apresenta como espaço social de disputas sobre as formas autorizadas de pensar e orientar ‘educações físicas’, campo que se vale de práticas e representações acadêmicas para conferir importância e legitimidade a essas preocupações, no qual o sentido que vai se impondo como mais representativo entre todos aqueles de ordem educacional e pedagógica circulantes é aquele que indica para o processo de escolarização de diferentes práticas corporais (sentido amplo). (PAIVA, 2004, p.65)

Identificar continuidades e rupturas que conformam especificidade à EF nos permite melhor compreender o espaço que atuamos e o nosso papel em seu interior, como agentes que têm o poder de modificar seu contexto. O *campo*, categoria utilizada por Bourdieu, é pensado a partir das condições sócio-históricas de um universo particular, neste exemplo, o campo acadêmico e científico da EF.

Feitas essas considerações, primeiro sobre a noção de *campo*, recuperando os escritos de Bourdieu, e sucintamente trazendo ao debate a questão do *campo da Educação Física*, a partir de Paiva (2004), fechamos este tópico e partimos, na sequência, às discussões sobre os *paradigmas* e as *revoluções científicas*, no diálogo com Thomas Kuhn.

As revoluções científicas e os paradigmas em Thomas Kuhn

Thomas Kuhn – oriundo da física e considerado um dos “epistemólogos da ciência” (conforme DUTRA, 2003, p.21), ou, como ele mesmo se apresenta, como um “historiador da ciência” (conforme OLIVA, 1994) –, na sua obra *A estrutura das revoluções científicas*⁵, publicada em 1962, faz uma “história da ciência” trazendo para o debate científico aquilo que se convencionou chamar de *paradigmas*. Para ele, considerado um anti-empirista, são as teorias que formam os fatos. E é a partir disso que desenvolve seu esquema geral, ou seja, pensa o contexto da *ciência normal* como um *paradigma*, que ao apresentar anomalias em seu funcionamento, ou seja, ao encontrar problemas teóricos e empíricos incompatíveis com o modelo explicativo vigente, passa por *crises* que por sua vez geram uma nova *ciência normal*, gerando um novo *paradigma*. É considerado um marco importante na perspectiva do desenvolvimento científico na medida em que se opõe a uma concepção de ciência explicativa, tentando desenvolver suas teorias epistemológicas em contato estreito com a história das ciências⁶, rompendo com a ideia comum de linearidade do progresso científico.

Kuhn (1998) propõe uma abordagem histórica, criticando os manuais científicos que, para ele, são anti-históricos e contêm uma visão de senso comum sobre o modo como a ciência progride. Para ele, a história da ciência geralmente é contada de maneira *cumulativa*, em que se ressalta a continuidade, sendo uma visão que não se altera com o tempo, acumulando novos fatos e teorias. Entretanto, o referido autor propõe que o conhecimento científico seja considerado como *não cumulativo*, privilegiando a descontinuidade, as rupturas e quebras. Kuhn considera que há uma mudança contínua na definição de ciência e novas teorias mudam nossa visão sobre os fatos. Segundo Kuhn (1998, p.21), “Talvez a ciência não se desenvolva pela acumulação de descobertas e invenções individuais”. Para ele, portanto, a ciência não é um depósito em que se vão acumulando novos fatos:

[...] a nova teoria implica uma mudança nas regras que governavam a prática anterior da ciência normal. Por isso, a nova teoria repercute inevitavelmente sobre muitos trabalhos cientí-

ficos já concluídos com sucesso. É por isso que uma nova teoria, por mais particular que seja seu âmbito de aplicação, nunca ou quase nunca é um mero incremento ao que já é conhecido. Sua assimilação requer a construção da teoria precedente e a reavaliação dos fatos anteriores. (KUHN, 1998, p.26)

Há o *estágio inicial da ciência*, ou *período de formação* – período pré-paradigmático – assim chamado porque existem vários paradigmas em competição. Os *paradigmas* são crenças compartilhadas, são crenças coletivas, o que faz o paradigma ser algo social pelas crenças do conjunto de cientistas. Conforme Kuhn (1998, p. 219), um *paradigma* “[...] é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma.” Para o autor, “[...] os primeiros estágios do desenvolvimento da maioria das ciências têm-se caracterizado pela contínua competição entre diversas concepções de natureza distintas”. (KUHN, 1998, p. 23)

Em relação ao *período da ciência normal* – ou *período ordinário* – é o momento em que a ciência é considerada como plenamente desenvolvida. Há respostas para as questões básicas, compartilha-se de um paradigma. Neste caso, paradigmas seriam esquemas conceituais obtidos através de uma educação – incorporação de um modo de pensar e fazer –, de um conjunto de elementos já sistematizados e institucionalizados. O que Kuhn designa de *ciência normal* será o período em que se atua dentro de um dado paradigma que é compartilhado por uma comunidade científica. Assim, os sujeitos do campo científico, no caso, os cientistas, avançam neste período dentro dos problemas que o paradigma assumido permite formular e dos objetos que permite detectar.

Quando há *crise e revolução*, chama-se *período extraordinário*, em que as *anomalias* que ocorrem obrigam a revisão da teoria paradigmática, modelar. As anomalias são fatos novos⁷ que não encontram aplicação no paradigma até então vigente. A anomalia leva a uma desorientação, que conduz a uma busca de novos paradigmas, novas formas de tentar resolver as anomalias detectadas. Há quebra de tradição, há uma mudança da imagem do mundo. Com isso, gera-se uma nova *ciência normal*, um

novo paradigma se impõe. Quando as anomalias ultrapassam o controle se instala uma *crise* que só será resolvida pela emergência de um novo paradigma. Chega-se, assim, à *revolução científica*, há uma nova exigência para se olhar o real, criam-se novos paradigmas. Com a adoção de um novo paradigma inicia-se um período de ciência normal até que uma nova crise eventualmente se instale.

Kuhn (1998, p.24) nos fala que a *ciência normal*, atividade para a qual a maioria dos cientistas se dedica,

[...] é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto – com custos consideráveis, se necessário.

Considerando a discussão proposta neste ensaio, e exemplificando a partir de nosso objeto de análise, ou seja, a EF como campo científico, podemos visualizá-la, pensando em sua regularidade, como uma *ciência normal*, quando se vincula ao campo das ciências da saúde, tendo nos aspectos da *saúde* sua centralidade, seus objetivos, suas práticas e seus fins. A ênfase deste campo científico àqueles “problemas da modernidade”, como o sedentarismo e a obesidade, configura-se como um paradigma dominante que vai configurando um campo – seus saberes, suas práticas – a partir de determinados padrões paradigmáticos⁸, como:

- posicionando-se na área 21, considerada a área da saúde, há uma formatação pautada numa matriz biológica (biomédica);
- programas de pós-graduação, em grande escala de oferta, cuja centralidade de investigação e formação de pesquisadores se dá orientados aos aspectos da saúde numa visão biomédica e às vezes até reducionista do ponto de vista social;
- verbas públicas de incentivo à pesquisa e à intervenção com comunidades que empoderam um determinado grupo (dominante) perante outros grupos (minoritários dentro do campo);

- códigos simbólicos que sobrevalorizam determinadas formas de atuação em detrimento de outras (por exemplo, aqueles que incorporam discursos padronizados e dominantes, reproduzindo, muitas vezes, o “mais do mesmo”, sentem-se no direito, pela posição que ocupam, em menosprezar ou desconsiderar aqueles que questionam o *modus operandi* tradicional e que se lançam à construção de modelos científicos novos ou mais conectados à realidade);

- formas avaliativas, como em relação à participação em determinados congressos científicos e à publicação em periódicos considerados mais qualificados e menos qualificados;

- concepções curriculares em cursos de graduação (os atuais bacharelados, por exemplo) que sobrevalorizam disciplinas de caráter biológico, tecnicistas e “práticas”, em detrimento de disciplinas com abordagens sociais, antropológicas, culturais, políticas, ditas “teóricas” (geralmente mais presentes nos currículos das atuais licenciaturas).

Nesse sentido, quando pensamos na tradição acadêmica da EF brasileira, e essa *ciência social* que vai se configurando, também podemos pensar em períodos de quebra dessa tradição, ou seja, períodos de *crise*⁹, os quais, segundo Kuhn (1998, p.25), caracterizam-se como *anomalias*, quando “a ciência normal desorienta-se seguidamente”, as quais “subvertem a tradição existente da prática científica”. São elas que permitem as *investigações extraordinárias*, uma nova base para a prática científica de um determinado campo: “[...] são denominados de revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada.” (KUHN, 1998, p.25). Thomas Kuhn também acrescenta que: “[...] consideramos revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior.” (KUHN, 1998, p.125).

Assim, as *revoluções científicas* colocam novos problemas ao campo específico, não necessariamente trazendo coi-

sas novas. Como nos alerta Kuhn (1998, p.26), uma nova teoria não é apenas um incremento às teorias anteriores.

No exercício que nos propomos realizar, poderíamos pensar em certas *anomalias* ao campo científico e acadêmico da EF quando situamos, em especial, a chamada “crise dos anos 80”, como um momento de configuração de transformações de certa forma “radicais” ao que o campo da EF, hoje, se apresenta? Houve alguma substituição de algo anterior por algo novo, a ponto de ser total ou parcial, nos moldes que visualizamos hoje a EF?

Acreditamos que é possível tecer algumas considerações sobre isso, em especial, pelo próprio momento sócio-político que a sociedade brasileira vivia naquele momento. Podemos dizer que o elemento de arbitrariedade seria o próprio momento social e político da época, ou seja, um momento em que havia necessidade de reabertura política, ideais republicanos e democráticos que eram ecoados, principalmente àqueles que se situavam no contexto educacional e universitário, apesar dos ranços da ditadura militar. A seguir, elencamos alguns elementos que consideramos ser possível pensar como *anomalias* da EF que geraram sua *crise* e que ainda hoje reconfiguram e tornam tal campo dinâmico:

- influência das ciências sociais e humanas àqueles que se lançaram a complementar suas formações nas pós-graduações com teor mais pedagógico;
- mudança no fazer científico, de abordagens quantitativas para abordagens qualitativas, principalmente voltadas ao contexto escolar e social;
- importantes redefinições conceituais, como por exemplo, aquela que considerava como eixo centralizador de toda EF, a atividade física, para o que hoje uma parte do campo entende como *práticas corporais*¹⁰; além, também, da maneira de se entender a EF numa visão biomédica para o que hoje se situa no contexto da *saúde coletiva*¹¹; e um último exemplo neste ponto poderíamos dizer que é a questão do esporte: um modelo referencial pautado no esporte-performance (esporte de rendimento), com seus códigos próprios, e um possível esporte transformado pedagogicamente ou mesmo o esporte como prática de lazer;

- periódicos específicos que dão vazão de publicação a novas temáticas, novas abordagens, novas problemáticas, com análises geralmente pautadas nas ciências sociais e humanas e não exclusivamente pautadas nas ciências naturais e biológicas;

- eventos diversos que contemplam perspectivas socioculturais;

- reconfiguração de currículos de graduação que vislumbra uma formação mais crítica e reflexiva, embora muitas vezes deixe de lado as questões técnicas específicas; possibilidades, mesmo que restritas, em cursar uma pós-graduação numa perspectiva interdisciplinar ou mesmo a partir de professores de EF que ofertam vagas em cursos de Educação, de Ciência Política, de Sociologia, de Filosofia, de Economia, de Antropologia, Interdisciplinar etc.

Se retomarmos as considerações de Paiva (2004), é possível refletir e associar que não foi só com a tal “crise dos anos 80” que a EF se vê mais ainda como um *campo*, questionando seus próprios saberes e fazeres. Na demarcação histórica das análises de Paiva (2004, p.67), há dois momentos marcantes para a EF no Século XX: “O primeiro é o adensamento, em torno da década de 30, de indícios que nela sugerem a instalação de seu mito fundador, o segundo, na década de 80, em que se esboçam as suas reais possibilidades de autonomização.”

No primeiro caso, anos de 1930, uma supervalorização da ginástica com uma subordinação estrutural ao campo médico; no segundo caso, anos de 1980, a grande ênfase nos aspectos esportivos, com pouca reflexão sobre tamanha valorização é o que gerou reflexões internas e pressões externas (de outras instâncias e instituições) que até hoje impactam o cotidiano da EF brasileira. Sabendo dos riscos de se incorrer em forçar contextos com teorias, poderíamos pensar que, então, primeiro *saúde* (higienismo) a partir da década de 30 e depois, *esporte* (performance/treinamento) na década de 80 são exemplos de transformações paradigmáticas ao campo da EF?

Dutra (2003), ao comentar sobre alguns problemas epistemológicos, e em especial, à problemática do “progresso da ciência”, expondo bem resumidamente a visão de

Thomas Kuhn, considera que este autor, quando trata dos *paradigmas*, está falando numa *imagem do mundo* “que guia toda a atividade dos cientistas de uma comunidade, de uma disciplina” (DUTRA, 2003, p.21), e que a passagem de um paradigma a outro seria similar a uma “conversão religiosa”, vendo o mundo com outros olhos. Neste caso, podemos supor que essa mesma conversão, pensando no campo da EF, ocorreu principalmente nos últimos anos, quando uma “visão de mundo” e uma “visão de EF” pautada pelas “lentes” das ciências sociais e humanas foram causando aquilo que Bourdieu trata como (di)visão do mundo, uma visão polarizada entre um pólo e outro, antagônicos, que disputam poderes, por meio de seus agentes.

Marques (2002) traz ao debate a intercomplementaridade das ciências – a pluralidade na unidade em que elas se constroem – e apresenta o contexto de paradigmas científicos em confronto, informando que, baseado em Thomas Kuhn, o conceito de paradigma “rompe com a linearidade cumulativa na evolução da ciência, mostrando-a em desenvolvimentos cíclicos, instáveis, necessitados de mudanças em suas regras, sujeitos aos sistemas de valores e crenças básicas historicamente reconfigurados” (MARQUES, 2002, p.81). Em suas análises, explora o resgate da história das ciências e da história da educação a partir de três momentos: o paradigma ontológico ou metafísico; paradigma da modernidade ou da subjetividade da razão individual; e o paradigma da interlocução dos saberes ou da ação comunicativa. (MARQUES, 2002, p.82). Vemos, portanto, que cada *campo* se configura a partir de historicidades próprias e com *paradigmas* intrínsecos próprios, seja na ciência, na educação, na EF, na filosofia ou em qualquer outra área do conhecimento.

De toda forma, apesar das cisões e disputas que configuram o campo da EF, quando associamos e refletimos sobre a concepção de “campo” (Bourdieu) e “paradigma” (Kuhn), podemos concordar que os *agentes* (nas palavras bourdieusianas) têm um comprometimento e uma responsabilidade para com sua área de pesquisa/atuação/formação. Kuhn (1998, p.30-31) considera que:

Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática

científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada.

Thomas Kuhn também comenta que a contínua competição entre diversas concepções de natureza distintas é o que demarca a maioria das ciências estar em seus primeiros estágios de desenvolvimento (KUHN, 1998, p.23). Quando trazemos a EF como exemplo, já que aqui está sendo analisada como “campo”, em relação ao que Thomas Kuhn aponta, inferimos que a EF, pela sua configuração na atualidade, então, está em seu estágio inicial de desenvolvimento. O tempo já transcorrido desse “período de crise” acima citado permite-nos compreender que o caminho em direção a uma autonomia maior ainda é longo, embora alguns sinais já tenham aparecido e abalado certas estruturas.

Visualizamos um pouco disso quando identificamos comunidades científicas no interior do próprio campo com práticas diversas, distintas, poderes diferenciados e objetos que, por mais que aparentam serem os mesmos, têm suas abordagens completamente opostas. Um simples e bom exemplo disso seria o *corpo* como objeto: para aqueles pesquisadores ligados às ciências naturais e biológicas, é algo a ser explorado, treinado, quantificado, milimetricamente estudado; para aqueles que se relacionam com as ciências humanas e sociais, o corpo é algo a ser compreendido na sua complexidade, que não pode ser desvinculado de uma cultura, dos desejos, de uma estética. Kuhn fala em comunidades científicas, praticantes de uma especialidade científica, com especialistas submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, em que cada comunidade possui um objeto de estudo próprio.

Há que se considerar, também, que quando Thomas Kuhn nos traz todas essas questões, ele não se refere ao poder individual de um pesquisador numa *revolução científica*. Se a revolução científica é considerada como o abandono de um paradigma e a adoção de outro, isso se deve não porque um cientista, individualmente, assim o faz, mas porque uma parte importante e influente da comunidade científica passa a considerar essa mudança como necessária e a influenciar, das mais diversas formas, os demais atores a também considerá-la dessa forma.

A ideia de *paradigma* vem para desmistificar que a ciência é algo *puro* e *neutro*. Ela se faz também por outras questões que não se referem diretamente ao conhecimento científico, como política, as disputas de poder, a economia etc. Além disso, como nos alerta Lacey (1998, p.25), lembremos que “sendo histórico, um paradigma permanece em vigor apenas por algum período de tempo.” Nenhum conhecimento, nenhum saber, nenhuma prática permanece sem ser questionada, recontextualizada e atualizada ao longo do tempo. É assim também em relação aos mais diversos campos do conhecimento: por mais que pareçam conflituosos, e assim são, os campos se nutrem dessas disputas, desse “fazer diferente” que pode gerar um “novo fazer”.

Lacey (1998) ainda contribui para nossa análise retomando a ideia do “jogo da ciência”: “desde que pretendemos participar do ‘jogo da ciência’, precisamos empregar na pesquisa estratégias que nos permitam construir um maior número de teorias (cada vez mais profundas) que manifestem os valores cognitivos num grau elevado.” (LACEY 1998, p.26). Tal autor compartilha da ideia de que a ciência não é isenta de valores, mas é uma prática imparcial. Os valores sociais não atuam na eleição para determinar qual teoria deve ser aceita quando há um conjunto de teorias rivais, apenas atuam os valores cognitivos. Se a ciência não é neutra, então, é possível que diferentes interlocutores – diga-se: diferentes comunidades científicas aí representadas por tais interlocutores – podem dialogar em momentos oportunos de reorganização e reordenamento de um campo (como em um congresso, por exemplo) e discutir o mesmo objeto horizontalmente.

Na sequência do texto, procuraremos articular de maneira conclusiva – mas não definitiva – como a questão do *campo* e dos *paradigmas* são possivelmente interpretados quando nos situamos em relação à EF como campo acadêmico, científico e profissional e a maneira como alguns acontecimentos podem ser situados na compreensão de *crises* e certas *anomalias* no interior desse campo, tanto por pressões e disputas internas, como por fatos externos que o afetam e exigem transformações, ou mesmo conservação.

Campo? Paradigmas? Como pensar a EF nisso tudo? À guisa de conclusão

Finalizando este texto, propomos apresentar algumas reflexões que há algum tempo têm despertado a EF a se questionar e a pensar sua função social.

Consideramos que o campo acadêmico e profissional da EF é regido por conhecimentos oriundos da matriz biológica (quase que exclusivamente, apesar de que nos últimos 20 anos isso tenha se alterado um pouco), com fins práticos que impactam no trabalho do corpo humano em seu sentido mecânico (lembremos, pois, do esporte como conteúdo hegemônico das aulas de EF e das práticas de “atividades físicas” para a população não-escolar), visando o movimento humano na sua forma repetitiva, almejando ganhos fisiológicos, com fins no que se entende por “saúde” (de um ponto de vista bastante limitado, diga-se de passagem). Nesse campo, embora os médicos sejam os agentes dominadores – com poder de influência direto, nas teorias e nas práticas, inclusive nas políticas públicas que impactam na formação de professores, quando muitos deles eram médicos que formavam professores de EF – não havia consenso geral, “harmonia”, tanto que, como já descrito, outras vozes, outros interesses, outras concepções passaram a lutar internamente, mediante, também, pressões externas (das mais diversas áreas: pedagógica, psicologia, sociologia, política etc.).

Apesar das lutas internas e influências externas, trata-se da continuação da EF, que apesar de seus questionamentos, de suas tensões – hoje em pólos opostos, entre licenciados e bacharéis, ou, daria para se supor, entre aqueles que atuam na educação *versus* aqueles que atuam na saúde – se colocam a pensar na continuação dela mesma, com a concorrência de qual capital científico ou autoridade científica (conforme BOURDIEU, 1983, p. 6) é a que legitima esta área de conhecimentos e práticas.

Vê-se, com isso, uma divisão nesse microcosmo, bastante explícita, cada qual agindo no sentido de adquirir maior poder político, mas, antes disso, garantindo reconhecimento (o que é comum ao campo) e uma hierarquização.

ção deste – o que é combatido por Bourdieu. Tal autor considera que apenas com a “desierarquização” é que se conseguirá atingir objetivos comuns nas pesquisas (seria o princípio primeiro para a construção de verdadeiros objetivos comuns). (BOURDIEU, 2004b, p.60). Também sugere uma “conversão coletiva”, ou seja, a participação de todos os agentes nas decisões sobre o campo. (BOURDIEU, 2004b, p.65)

Pensando a EF como *campo*, e aí podemos considerar seus microcosmos – desde o profissional, o formativo, o de atuação e o investigativo – não é difícil perceber seu grau de hierarquização dentro dos conhecimentos possíveis da sociedade. Se pegarmos mais especificamente a EF escolar, sub-campo da EF, veremos que dentro da hierarquia dos saberes escolares, constitui-se como componente curricular geralmente menosprezado (a “prova” disso seria a própria disposição dos períodos semanais diante de disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa, por exemplo), pouco considerado em sua importância não só pelos alunos (que se recusam a participar das aulas), mas pelo corpo docente escolar (que entende ser apenas “recreação” ou “jogar bola”) e, porque não, pela própria instituição escolar (é comum a EF não estar contemplada nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas).

Bourdieu (2013), em sua obra *Homo Academicus*, fala sobre *hipocrisia científica*, e isso nos faz lembrar colegas de algumas subáreas de investigação que forçam os dados de suas pesquisas para adequar aos seus objetivos, de um jeito ou de outro, em um duplo movimento de falta de ética: primeiro com os princípios da pesquisa científica em si, segundo, e mais perigoso ainda, quando essas pesquisas envolvem diretamente seres humanos e a extrapolação da consideração dos limites fisiológicos, muitas vezes, para a “coleta de dados”.

Neste caso específico, não se respeitam os princípios da individualidade biológica, as relações entre volume e intensidade de um programa de “atividade física” etc. – tudo em nome de uma determinada “ciência” que confere, via retórica (pseudo)científica, prestígio para alguns poucos “pesquisadores”. Estes, com isso, vão se retroalimentando dentro do próprio campo, com a instituição de “poderes” a partir de editais que vão con-

quistando e gerando capital econômico para suas pesquisas. Tais investigações são convertidas em capital simbólico dentro do próprio campo e mesmo fora dele, quando os resultados dessas mesmas pesquisas extrapolam o âmbito acadêmico, sendo publicadas em revistas semanais ou especializadas não-acadêmicas, ou são apresentadas na forma de programas televisivos, numa linguagem simplificada.

Há também aqueles que, filiados a uma tradição epistemológica, reduzem tudo a categorias já existentes, como por exemplo, aqueles filiados ao marxismo, reduzem tudo à explicação da “sociedade de classes”.

Mesmo considerando, conforme Bourdieu (2013) detectou, que o prestígio intelectual e científico é mais durável e o poder universitário é exclusivo nos limites da universidade, há alguns casos que extrapolam tal afirmação. Um exemplo disso, pensando o contexto brasileiro, é o *personal trainer* Marcio Atalla, que ficou bastante conhecido com o quadro “Medida Certa”, no programa dominical noturno da Globo, o “Fantástico”. Alguém que, com um certo *reconhecimento*, conforme os termos bourdieusianos, passa a ter um poder simbólico de instruir uma população sobre como ter um *estilo de vida ativo*, deixando de ser sedentário e com isso não ser obeso e se utiliza de uma retórica científica, sempre vinculando a prática de atividade física a uma alimentação saudável e equilibrada, e que não mobiliza para isso sua formação acadêmica. No mundo do conhecimento, uma busca por seu “currículo” mostra que não há currículo (nem *lattes*, diga-se!): há um site, com o “método Marcio Atalla”.

Vemos vários outros exemplos no universo esportivo, que influenciam diretamente a EF, tanto na formação de novos professores, como nas aulas de EF na escola, ou mesmo no mercado profissional deste campo (o esportivo) como promotor de profissionais que oferecem ‘escolhinhas de esportes’ às crianças e jovens. A figura dos peritos, ou especialistas, é sempre dada sem relação alguma com aspectos de “intelectualidade”, em que a experiência prática dos comentaristas, opinadores etc. é o que vale. Bourdieu (2004a, p. 167) considera que um agente “se vê investido do pleno poder de agir e falar em nome do grupo que ele produz pela magia do slogan, da

palavra de ordem, da ordem e por sua simples existência enquanto encarnação do grupo” O que fica no ar é: que capital científico agentes assim realmente têm para representar ao menos uma pequena parcela do campo científico a que são vinculados?

Aqui, fechando o texto, em meio a tantas questões polêmicas, problemáticas, complexas, profundas e muitas vezes pessimistas, fica o entendimento que Bourdieu nos coloca: toda dominação é temporária!

O contexto histórico da EF já nos mostrou isso (com a “crise dos anos 80”, por exemplo) e talvez nos mostre cotidianamente, mas como temos dificuldade em refletir adequadamente sobre nosso tempo presente, não conseguimos captar o que ocorre nessas movimentações cotidianas de um campo.

O que se visualiza é que comunidades científicas diversas e distintas vêm travando disputas no interior do campo, cada uma a seu modo e com seus métodos de pesquisa e práticas próprias. Como comenta Oliva (1994, p.77): “Não é o método, pela força de seus procedimentos de avaliação, que cria o paradigma; o paradigma é que especifica as técnicas de investigação a serem empregadas”.

Assim, quanto às perguntas que nos propomos refletir neste ensaio: é possível pensar a EF brasileira como campo, e não como ciência, relacionada ao modelo kuhniano de paradigmas? É possível pensarmos em “paradigmas” no campo da EF? Acreditamos que para ambas as perguntas as respostas encontradas se situam em relação ao “sim”.

É possível – e talvez mais adequado e coerente – considerarmos que a EF como ciência própria não se realiza, tendo em vista sua forma de pesquisar, sua maneira de se relacionar com o conhecimento se conectando às mais diversas áreas do conhecimento, desde aqueles das ciências biológicas e naturais até os conhecimentos das ciências sociais e humanas; configura-se, ao nosso ver, como *campo*, um microcosmo dentro do universo do conhecimento científico que no seu interior há disputas diversas, há agentes com interesses diversos e há interfe-

rências externas que sempre jogam com seus interesses para conservar ou transformar o campo.

Quanto à possibilidade de situarmos *paradigmas* no campo da EF, pensamos que aí é como se visualizássemos tal campo com a ajuda de um microscópio, desvendando seu interior, procurando captar suas práticas singulares e a maneira explícita do seu modo de fazer científico. Se outrora o paradigma biológico foi dominante e talvez ainda o seja, e as “verdades estatísticas” se impõem como um modelo inquestionável, em que os números “dizem tudo”, o que se visualiza hoje são pequenas crises, micro-anomalias que vão acumulando poder no percurso histórico e vão causando transformações na maneira como esse paradigma dominante atua.

Não há dúvidas que as ciências sociais e humanas vêm causando implicações no interior do campo da EF, inclusive, nas próprias representações sociais do campo e de seus agentes, de maneira que um dia as tensões não sejam vistas como algo superado, visto que são imprescindíveis ao campo e à sua manutenção/conservação/transformação, mas ao menos sejam tensões mais equilibradas entre pólos que procuram se legitimar no campo. Lembremos, pois, que as inferências aqui realizadas estão no bojo de uma reflexão, de um ensaio teórico sobre o tema, não propomos alegar que nossos exemplos com o panorama teórico apontado, em especial, dos *paradigmas*, se concretize desta maneira, são apenas *aproximações*.

Quanto mais adentrarmos no *campo*, mais será possível identificar possíveis sinais de constituição de novos paradigmas, considerando-se que a heterogeneidade dos agentes certamente gera uma diversidade (e não uma homogeneidade) de formas de saberes e práticas. Entretanto, tal tarefa não é algo fácil ou simples. Consiste em considerar aquilo que tanto Pierre Bourdieu como Thomas Kuhn nos colocam: o papel dos agentes no processo histórico, seus fatos/acontecimentos, suas análises, a teoria gerada, sua arbitrariedade e suas contingências. Tais agentes devem ter como prática contínua e necessária o diálogo, mesmo que com o conflito de ideias, com as discussões, já que é assim, pela argumentação, pela justificação e pelo olhar diferenciado que o campo se nutre e os saberes e práticas são transformados e atualizados.

Notas

1 O termo *capital* é um dos conceitos no bojo da teoria sociológica de Bourdieu. Para não enfatizar apenas o capital na concepção marxista, ou seja, a ênfase na economia, Bourdieu trata do capital em suas múltiplas formas, interdependentes e não isoladas, neste caso, o capital cultural, o capital econômico, o capital social, o capital simbólico, o capital linguístico e também o capital escolar, conforme Valle (2008).

2 A *auto-análise coletiva* seria, conforme Bourdieu, um interesse em encontrar um consenso entre os agentes, a partir do diálogo, diante das questões conflituosas do interior de cada disputa, de cada área. Com isso seria possível pensar com o foco na melhora do campo e na resolução dos problemas internos que podem dar uma resposta ao espaço social em que se atua.

3 É nessa época que se instaura a chamada “crise da EF”. Esta crise traz para o cenário do campo os saberes e conhecimentos oriundos das ciências sociais e humanas, as preocupações filosóficas *entram em campo* e criam alguns desconfortos para com as *regras do jogo*. Nascia uma EF mais crítica em termos políticos, sociais, filosóficos e pedagógicos: uma EF *sociocultural*.

4 Um exemplo da “aplicação” e “utilização” da teoria dos campos de Pierre Bourdieu ao contexto próximo da EF é o texto *Bourdieu e a teoria do campo esportivo*, de Marchi Júnior (2002), em que o referido autor traz análises do voleibol, seu surgimento, sua transformação e configuração a partir do modelo de análise sociológica dos campos, mostrando como houve uma mercantilização e espetacularização dessa prática esportiva.

5 Segundo Oliva (1994, p.70): “Pode-se dizer que o interesse maior da reflexão kuhniana é explicar as grandes transformações por que tem passado o conhecimento científico. Mas como são esporádicas as revoluções, Kuhn se dá conta de que precisa também elucidar o que ocorre nos períodos em que não despontam grandes invenções e descobertas. Seu empenho é no sentido de prover explicações para o rotineiro e o extraordinário em ciência. Trata-se de saber como a pesquisa convergente ou consensual pode desembocar, em última análise, em grandes reviravoltas nos modelos de explicação da realidade – em revoluções.”

6 Kuhn fala em revolução historiográfica na história da ciência: “Preocupado com o desenvolvimento científico, o historiador parece então ter duas tarefas principais. De um lado deve determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada. De outro lado, deve descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico. Muita pesquisa foi dirigida para esses fins e alguma ainda é.” (KUHN, 1998, p.20)

7 Seria o “elemento de arbitrariedade”, conforme Kuhn (1998, p.24), o qual “[...] está presente e tem também um efeito importante no desenvolvimento científico.” São as questões contingenciais que desorientam o processo linear de uma determinada forma padronizada de fazer científico, as quais subvertem a tradição existente da prática científica. (KUHN, 1998, p.24-25)

8 Quando pensamos a utilização que a EF faz em relação ao termo e às práticas relacionadas à “saúde”, e aí visualizamos um padrão paradigmático a este campo do conhecimento, Kuhn (1998, p.130) nos esclarece que: “A pesquisa normal, que é cumulativa, deve seu sucesso à habilidade dos cientistas para selecionar regularmente fenômenos que podem ser solucionados através de técnicas conceituais e instrumentais semelhantes às já existentes.” A repetição de métodos semelhantes, padronizados, que procuram identificar desvios de “normalidade” em relação a peso e circunferências corporais pode ser um exemplo simples e fácil para mostrar como a EF ajuda nessa “acumulação” que vai constituindo e dando força a uma *ciência normal*. A regularidade é a

ocorrência do sedentarismo, que leva à obesidade, e para se solucionar isso, as técnicas via exercitação física são sempre as primeiras a serem sugeridas por parte (hegemônica) desse campo acadêmico.

9 Conforme Oliva (1994, p.94): “A crise é prelúdio da emergência de nova teoria que rompe com uma tradição de prática científica para introduzir uma nova dirigida por regras diferentes.”

10 *Práticas corporais* é um conceito polissêmico, que não se reduz em uma taxionomia redutora do movimento humano, pois nele se inscreve a cultura corporal de movimento. Diz respeito ao ser humano em movimento, à sua gestualidade, aos seus modos de se expressar corporalmente, conforme Fraga, Carvalho e Gomes (2012). Ainda, segundo Lazzarotti Filho *et al* (2010, p.25), “No campo da Educação Física, o termo ‘práticas corporais’ vem sendo valorizado pelos pesquisadores que estabelecem relação com as ciências humanas e sociais, pois aqueles que dialogam com as ciências biológicas e exatas operam com o conceito de atividade física.”

11 É preciso ter cuidado para não confundir os saberes e práticas da “Saúde Coletiva” com os da “Saúde Pública”. No primeiro termo, há variáveis sócio-culturais e políticas importantes na compreensão dos modos de vida como determinantes ao que se considera a tão propagada “qualidade de vida”, inclusive se pensando em questões transformadoras, não de ordem individual e biológica, mas estrutural, político e social. Já o termo “saúde pública” muitas vezes – e erroneamente – é compreendido como uma categoria maior, entretanto, trata-se, quando pensamos de sua influência ou seus usos no campo da EF, devido aos aspectos epidemiológicos na compreensão dos aspectos relacionados ao estilo de vida dos indivíduos, propondo-se, no máximo, transformações de ordem comportamentais, raramente visualizando que isso tem como pano de fundo um universo maior, complexo, que são as condições de vida, também confundidas e reduzidas a “estilos de vida”.

Referências

- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R.; FERNÁNDEZ, F. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- _____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004b.
- _____. **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2ª. edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. 2ª. edição. Porto Alegre: Magister, 1997.
- _____. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARRÓZ, F.E. (org.). **Educação Física escolar**: política, investigação e intervenção. Vitória: Proteoria, 2001, p.67-79.
- DUTRA, L.H. **Introdução à teoria da ciência**. Florianópolis: EdUFSC, 2003.
- FRAGA, A.B.; CARVALHO, Y.M. de; GOMES, I.M. Políticas de formação em Educação Física e Saúde Coletiva. **Trab. Educa. Saúde**, v.10, n.3, p.367-386, nov.2012.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KUNZ, E. **Educação Física: ensino e mudanças**. Ijuí: Unijuí, 1991.

LACEY, H. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação e Sociedade**. Dossiê "Ensaio sobre Pierre Bourdieu", Ano XXIII, n. 78, Abril/2002, p. 37-55.

LAZZAROTTI FILHO, A. *et al.* O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. **Movimento**, v.16, n.1, p.11-29, 2010.

MARQUES, M.O. **Educação nas ciências: interlocução e complementaridade**. Ijuí: Unijuí, 2002.

MARCHI JÚNIOR, W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, M.W.; LUCENA, R. de F. (orgs.) **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002, p.77-111.

OLIVA, A. Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, V. **Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, p.67-90.

PAIVA, F.S.L. de. Notas para pensar a Educação Física a partir do conceito de campo. **Perspectiva**, Florianópolis, V.22, número especial, p.51-82, jul./dez. 2004.

SOARES, C.L. *et al.* **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, C.L. **Educação Física: raízes européias no Brasil**. 2ª edição. Campinas: Autores Associados, 2001.

VALLE, I.R. Pierre Bourdieu: a pesquisa e o pesquisador. In: BLANCHETTI, L.; MEKSENAS, P. (orgs.) **A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa**. Campinas: Papi-rus, 2008, p.95-117.

Recebido em 10 de novembro de 2014.

Aceito em 15 de janeiro de 2015.